

Rebelião no PMDB contra Mário Covas

Josemar Gonçalves

O senador Mário Covas está enfrentando uma rebelião no PMDB por não ter feito consultas prévias sobre os nomes indicados para os postos-chaves nas comissões da Constituinte. Os coordenadores das bancadas estaduais do partido estão propondo que, nas sub-comissões, todos os cargos do PMDB sejam preenchidos através de votação entre os seus integrantes. O movimento é articulado pelos moderados do partido, inclusive o líder do governo, deputado Carlos Santana, mas tem apoio também dos parlamentares progressistas que foram preteridos nas indicações.



O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, fez uma previsão pessimista: "A briga nas sub-comissões será bem maior do que nas comissões". Hoje, pela manhã, os coordenadores de bancada vão tentar assegurar, em reunião com Covas, o novo critério de escolha através do voto. A eleição poderá inviabilizar diversos

acordos firmados por Mário Covas. E já está também provocando reações dos que tem a vaga assegurada.

Por inspiração de Carlos Santana, alguns coordenadores de bancada, com o deputado Expedito Machado à frente, redigiram um documento protestando contra os critérios adotados por Covas e pedindo a votação. Na reunião à noite com Luiz Henrique, os coordenadores foram convencidos a não divulgar o documento enquanto as negociações com Covas e Ulysses não forem encerradas.

Covas, por sua vez, reuniu na residência do deputado Euclides Scalco os relatores já indicados para as comissões da Constituinte, examinando todos os problemas surgidos no partido.

Moderados criticam a liderança. Alguns esquerdistas também

(PE), da "esquerda independente", para relator-geral. Na outra, queriam o cargo de relator-geral para Roberto Cardoso Alves — e não para Severo Gomes, afinal indicado.

Decepcionado, Roberto Cardoso Alves disse que está sem disposição para participar dos trabalhos da Comissão. Não aceitaria o cargo de relator da sub-comissão de reforma agrária: "As esquerdas querem me ver nessa função para me hostilizar, para fazer demagogia às minhas custas. Não vão me usar mesmo" — declarou.

O coordenador da bancada do PMDB no Paraná, deputado Borges da Silveira, também moderado, acha que Mário Covas não agiu democraticamente, escolhendo relatores sem ouvir os integrantes das respectivas comissões. "Por que escolher os relatores na calada da noite? Estou decepcionado. Já perdi o entusiasmo com o líder Mário Covas" — desabafou outro moderado, Del Bosco Amaral (SP). Ao seu lado, outro paulista, Teodoro Mendes, deu-lhe inteira razão.

Josemar Gonçalves

Moderados criticam a liderança. Alguns esquerdistas também

Alguns parlamentares, na manhã de ontem, não sabiam do adiamento e percorreram o corredor deserto onde estão as comissões da Constituinte. O senador Itamar Franco (PFL/MG), da Comissão de Sistema de Governo, ficou meio irritado, comentando com o relator-geral desse órgão, Egídio Ferreira Lima (PMDB/PE): "Os líderes não podem marcar e desmarcar eleições sem ouvir ninguém".

O desafio do senador mineiro representou, ontem, eco de grande parte do PMDB. Os moderados do partido estão em pé de guerra contra o líder Mário Covas. Setores esquerdistas também passaram a criticar o líder. "O Covas não quer combater o Ulysses. Ele quer ser — principalmente no estilo arbitrário de agir — desabafou o deputado baiano Domingos Leonelli (esquerda), que não conseguiu indicação para relator-geral da Comissão de Ordem Social. O lugar deve ficar com o moderado Almir Gabriel (PA).

Se a reação contra o estilo Mário Covas é pequena nas facções

de esquerda, entre os moderados do partido o movimento cresceu e ganhou coordenação. O conflito ideológico interno já começou. Há dois líderes: um menos exposto, Carlos Santana, líder do governo na Câmara, e, outro, que se movimenta abertamente, articulando os moderados, deputado Expedito Machado (CE), ex-ministro do governo João Goulart — de volta ao Legislativo. Na quarta-feira, o grupo não teve êxito, mesmo contando com a participação do líder do governo, Carlos Santana, na tentativa de desestabilizar os acordos feitos por Mário Covas com os demais líderes, para as escolhas de presidentes e relatores das comissões temáticas.

Apesar dos protestos, em nenhuma comissão o acordo PMDB-PFL deixou de ser cumprido. Expedito Machado e Carlos Santana, garantem parlamentares influentes do PMDB e do PFL, atuaram mais em duas comissões — Sistema de Governo e Ordem Econômica. Na primeira, os moderados queriam evitar a indicação de Egídio Ferreira Lima



Ulysses apenas observa a confusão causada por seu líder

Adiada a indicação para subcomissões

Os líderes do PMDB e do PFL decidiram ontem adiar para a próxima terça-feira a indicação dos parlamentares que vão compor as 24 sub-comissões da Constituinte, bem como seus presidentes e relatores. Ainda ontem, o líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), reuniu-se com os vice-líderes, relatores e vice-presidentes do partido nas oito comissões para iniciar o processo de escolha dos 13 relatores que os peemedebistas têm direito de indicar nas sub-comissões. O PFL terá cinco relatores, o PDS dois e PDT, PT, PTB e o PL um cada.

Hoje, o senador Mário Covas indicará o nome do relator da Comissão da Ordem Social, cargo que está sendo disputado entre o senador Almir Gabriel (PA) e o deputado Domingos Leonelli (BA), ambos representantes da esquerda do partido. Covas afirmou que o preenchimento das vagas levou em conta a competência dos parlamentares, os aspectos regionais e a questão política.

Quanto ao adiamento da apresentação dos nomes dos presidentes e relatores das sub-comissões e à divisão dos seus

membros, Mário Covas disse que houve um consenso entre o PMDB e o PFL, que precisam de tempo para definir melhor a questão. Assim, a estruturação da Comissão de Sistematização somente vai ser decidida na próxima quarta-feira, um dia após estarem concluídos os trabalhos de formação das sub-comissões.

Problema

Segundo o líder do PMDB, o maior problema do seu partido para o preenchimento dos cargos de relator é o excesso de candidatos. "Tenho pelo menos mais de um pretendente para cada vaga", explicou Mário Covas. Ele admite que houve um certo desgaste da liderança ao indicar os membros e os relatores das oito comissões: "Surtem problemas no meio do caminho e algumas pessoas saem magoadas". Mas valorizou o fato de nenhum estado ter mais de um representante na comissão, no âmbito do PMDB. Covas repeliu com veemência insinuações de que teria sofrido pressões da área militar para que o relator da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança fosse entregue ao PFL, como acabou ocorrendo.

Pequenos culpam a desunião

Josemar Gonçalves

A falta de unidade do PMDB e a ação "antidemocrática" do líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, foram os motivos das insatisfações e do atraso na composição das comissões e sub-comissões da Constituinte, segundo o balanço feito pelos pequenos partidos no Congresso. Embora poupado por alguns políticos, como o líder do PDS, Amaral Netto, e o líder do PTB, Gastone Righi, Covas foi apontado como grande culpado por outros, como o vice-líder Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e o líder do PC do B, Haroldo Lima, para quem o líder do PMDB quis agir como "um despota esclarecido".

As queixas dos pequenos partidos foram, de um modo geral, contritórias. Haroldo Lima considera, por exemplo, que todo processo de composição e eleições está se dando em detrimento da participação dos pequenos partidos e dos que não pertencem à cúpula dos grandes, pois só essas cúpulas, segundo ele, deliberam "sobre o que vai acontecer". Outro representante de um pequeno partido, o deputado José Genoíno (SP), do PT, contesta essa colocação, enfatizando que "todas as nossas reivindicações, com base no regimento interno, foram atendidas". Ele concorda apenas que as "composições-chave", ou seja, as comissões mais importantes, estão sob o domínio "da direita".

No PDS há divergências em relação à atuação de Covas. O vice-líder Bonifácio de Andrada (MG) diz que, embora o senador seja um homem "de grande capacidade política", desconhece as "realidades" da Câmara e do Senado e por isso está encontrando dificuldades, "no que gerou certo descontentamento". Já o líder do PDS, Amaral Netto, diz que Covas não pode ser responsabilizado, pois o problema está no trabalho em si de organizar comissões e sub-comissões. "Eu, que tenho uma bancada de 37 parlamentares, estou tendo



Haroldo Lima criticou as cúpulas

um problema danado. Imaginem o PMDB. O grande impasse, segundo ele, é que não há ninguém querendo entrar "pelos gargalos maiores" (comissões menos importantes) enquanto todos querem passar pelos "gargalos menores". Referindo-se a um antigo pronunciamento seu, ele voltou a atacar a Constituinte, lembrando que já disse que ela ia ser "uma tapeação, uma embromação e uma falcatrua".

O líder do PTB, Gastone Righi, diz que, embora "ocasionalmente" o PMDB tenha encontrado sua unidade quando elegeu Covas como líder, está comprovando que, como partido, "continua um balaio de caranguejo". "Eles não se entendem — prosseguiu — e por isso estão atrasando a Constituinte pelo mesmo motivo que atrasam o país: disputa de cargos". Contesta, no entanto, a crítica de Bonifácio de Andrada a Mário Covas, ressaltando que não há como conhecer uma Casa renovada em cerca de 60 por cento.

Em relação à composição das comissões, Righi considera que foi "profundamente injusta" e que o grande beneficiado foi o PFL.

Brandão diz que PDT vai propor pacto

O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, anunciou que na reunião que o diretório nacional pedetista realizará em Brasília, até o final do mês, vai sugerir que o partido adote uma proposta de pacto nacional, a ser levada aos demais partidos, visando assegurar maior estabilidade no processo de transição em que vive o país e maior acatamento às reivindicações dos trabalhadores por parte do governo e dos empresários.

Nesse pacto, segundo Brandão Monteiro, os atuais detentores do poder entrariam ainda com o compromisso de convocação das eleições diretas para a Presidência da República. A ideia do pacto foi transmitida pelo líder do PDT durante encontro que ele promoveu entre um grupo de jornalistas e a bancada pedetista na Câmara.

O PDT já tem uma proposta prevendo a realização das eleições diretas 90 dias após a conclusão dos trabalhos da Constituinte, mas na conversa com os jornalistas, quarta-feira à noite, Brandão não tratou da data em que o pleito deveria ser realizado. Ele demonstrou estar preocupado em evitar qualquer iniciativa, da parte do seu partido, capaz de dar pretexto para o fortalecimento de grupos interessados num retrocesso político. O líder pedetista observou que, acima do projeto partidário — e pessoal do governador Leonel Brizola — de chegar à Presidência da República, o PDT será preocupado em encontrar uma solução para a crise brasileira.

Na realidade, essa preocupação em evitar qualquer atitude capaz de ser interpretada como um processo de radicalização, vem sendo observada no PDT há várias semanas, levando inclusive o partido a transferir para maio o programa de rádio e televisão, em cadeia nacional, que deveria ter sido levado ao ar mês passado. O adiamento foi decidido em Brasília pela bancada pedetista, temerosa de que o governador Brizola utilizasse uma linguagem muito agressiva no programa porque, à época, ainda ocupando o Palácio Guanabara, ele estava muito irritado com a decisão do governo federal de intervir no Banerj.

Projeto fixa mandato em quatro anos

O deputado Pedro Canedo (PFL-GO), apresentou ontem à Assembleia Nacional Constituinte proposta fixando em quatro anos o mandato do presidente Sarney e estabelecendo esse período como prazo definitivo para os futuros presidentes a serem eleitos pelo voto universal, com direito a uma reeleição. O projeto extingue, a partir de 1994, os mandatos de oito anos para os senadores. Em outro projeto, também apresentado ontem, Canedo defende a eleição em dois turnos para todos os cargos executivos.

Em sua justificativa, Canedo lembrou o compromisso da Aliança Democrática, afirmando que este é um governo de transição e que os quatro anos são suficientes para isso. "Como disse Tancredo Neves — acentuou — Seis anos são exorbitantes". Em seu primeiro mandato a nível federal, ele exortou seu partido a assumir esse compromisso "ético, sem fisiologismos" e fulminou a tese do direito adquirido, "na verdade uma usurpação".

Na oposição

Pedro Canedo entende que há um sentimento oposicionista diante das "enormes divergências com o PMDB". Ele acha que os ministros do PFL devem sair do governo: "Transparece que o PFL está entravando a administração. Ao nosso partido é negado o direito de contribuir e assim seria melhor sair. Nossos possíveis candidatos à sucessão presidencial ficam enfraquecidos num governo onde o PFL não é ouvido para nada".

Segundo Canedo, a passagem para "a oposição, com responsabilidade", permitiria que o presidente Sarney governasse com o partido que assumiu". E indagou: "Qual o benefício que o PFL teve até agora por ser parte do governo?". Insistindo na questão, o parlamentar goiano afirmou que "o PFL já cumpriu sua missão. Agora precisamos recuperar nossa verdadeira identidade".

Mandato

Sobre projetos que encaminharam à Mesa Assembleia, Canedo espera despertar um profundo debate sobre os assuntos propostos. Ao defender quatro anos de mandato para o presidente Sarney, acrescentou um outro argumento justificando a medida: "Não há outra forma de se legitimar um governo se não pela escolha direta dos eleitores. A fase de transição deverá apenas criar as condições para isso e acredito que já possuímos essas condições, plenamente comprovadas pelas eleições estaduais de novembro último".

Canedo pede a coincidência de mandatos, parlamentares e executivos, em todos os níveis, com exceção do pleito presidencial.

Só e marginalizado, Santana lamenta-se

Ignorado nas articulações políticas decisivas na Constituinte, o líder do Governo, deputado Carlos Santana, declarou guerra ao líder do PMDB, senador Mário Covas: "Nós cobramos dele fidelidade ao discurso pregando a democratização das decisões. Fui marginalizado neste processo. O Covas não conversa comigo porque não quer tratar com o líder do governo". Santana negou que tenha renunciado à liderança em audiência com o presidente Sarney. O deputado Expedito Machado dá outra versão: "Ele pretendia renunciar, mas Sarney se antecipou e o confirmou no cargo".

Sem diálogo com Covas, Santana teve que recorrer na terça-feira à noite ao líder do PFL, deputado José Lourenço, para se informar dos termos do acordo com o PMDB. Não gostou e tentou, sem êxito, influenciar Lourenço a modificá-lo, adquirindo algum

poder de veto sobre as indicações de Covas.

Insatisfeito, Santana desabafou: "Nós, os moderados do PMDB, somos mais de 100 constituintes. Estávamos na ilusão de que Covas colaboraria na prática o seu discurso de democratização, que lhe deu a surpreendente vitória na bancada. Mas não fomos consultados e nem sequer existem critérios para as indicações feitas por Covas".

O líder do governo insiste: "Todas as correntes partidárias devem ser consultadas pela Liderança, pois não se pode esquecer que o PMDB é uma frente histórica e antiga. O partido vive de suas próprias contradições. Sou membro histórico dos moderados tancredistas. Sou um dos pais deste grupo. Queremos participar. Se o Covas não quer conversar comigo porque sou líder do governo, tem pelo menos de ouvir o nosso grupo".



Líder é rejeitado por Covas

Revolta não atinge PFL, diz Lourenço

Nem o PFL faz nada sozinho, nem o PMDB. Essa foi a conclusão a que chegou o líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço, que entendeu que as "rebeliões" dentro do PMDB não ocorreram contra o acordo entre os partidos, mas sim, contra o líder Mário Covas. Lourenço ressaltou que não tem nada a ver com os desentendimentos internos da bancada do PMDB e que por isso, negociou com o PMDB "legal".

O PFL, segundo seu líder, não vetou o nome de ninguém, mas fez valer o acordo firmado com o PMDB, ou seja, os presidentes de oito comissões são do PFL e o partido não iria admitir disputa de parlamentares do PMDB com um nome indicado pela Frente Liberal. Lourenço exemplificou a questão, citando o deputado Domingos Leonelli, que na Comissão da Ordem Social se lançou candidato à presidência, quando esta já estava comprometida com o PFL.

Ainda sobre as comissões, José Lourenço afirmou que vai ouvir a bancada do PFL na Comissão de Sistematização para se chegar a um nome de consenso. O nome do senador Afonso Arinos não está sendo aceito por todos os parlamentares que participarão da comissão.

Presidentes

"Antes de abrir a Aliança Democrática para outros partidos, precisamos antes costurar algumas coisas entre o PMDB e PFL, estão enganados aqueles que pensam, que os presidentes das comissões não são importantes". José Lourenço ao fazer essa afirmação, disse que se os presidentes usarem de suas prerrogativas, eles serão, sem dúvida, mais importantes que os relatores. Citou o caso da Comissão da Petrobrás e da Anistia, esta última presidida pelo então senador Teotônio Vilela.

O PFL acha que antes da Aliança Democrática ser aberta a outros partidos, ela deveria costurar internamente algumas questões. Para Lourenço, os dois partidos que compõem a Aliança deveriam ser ouvidos nas decisões importantes que o governo venha a tomar. Na área econômica, ele disse que tradicionalmente é "cadeira cativa" do PMDB.

Desventuras do líder

Andrei Meirelles

Qual o critério utilizado para a indicação do deputado Fernando Lyra para a Comissão de Sistematização? — indagou Carlos Santana.

Ele é um ex-ministro da Nova República — esclareceu Mário Covas.

Mas eu também sou um ex-ministro — retrucou Santana.

Só que ele era da Justiça e você da Saúde — justificou Covas.

Essa é apenas uma das desventuras vividas pelo deputado Carlos Santana. Desde que o senador Mário Covas assumiu a liderança do PMDB na Constituinte e passou a ignorar deliberadamente o líder do governo. O diálogo, reproduzido pelo próprio Santana, revela as dificuldades que teve para obter uma vaga na Comissão de Sistematização.

Indicado com estardalhaço pelo presidente Sarney, Carlos Santana é hoje uma figura

Arinos contestado na Sistematização

O PFL resolve somente na terça-feira, em reunião, o impasse gerado em torno da presidência da Comissão de Sistematização, em decorrência das reações que teriam surgido ao nome do senador Afonso Arinos (RJ). Somente ontem o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), admitiu haver recebido "algumas contestações" ao nome de Arinos, mas na verdade a briga é mais antiga: já na semana passada surgiu uma articulação para substituir seu nome pelo do líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli. A razão, embora não admitida oficialmente, seria a idade avançada de Arinos, que, com 81 anos, não teria o necessário "vigor físico" para enfrentar a Comissão.

ele — tem uma virtude: o notório saber, e um defeito: a falta de vigor físico. O ideal é ter alguém com o seu saber e o vigor necessário. A comissão de Sistematização é o lugar em que as artimanhas regimentais serão usadas com maior frequência, velocidade, e portanto é uma crueldade submeter o senador Arinos a essa comissão".

Alceni argumenta que é preciso manter o senador como "reserva moral e de sabedoria", enfatizando que todos os partidos estão colocando na Sistematização "as suas feras", mas admite que há também resistências à substituição de Arinos, que seria encarado "com veneração" pelos constituintes. Há porém outro motivo, que não chega a ser apontado nem por Alceni, mas que é frequentemente citado nas conversas entre os pefelistas: o fato de Arinos já haver afirmado que foi eleito por uma coligação com o PMDB.